

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Estudos de gênero, sexualidades e direitos no Serviço Social

Studies of gender, sexualities and rights in Social Work

Entrevistada: Silvana Mara de Moraes dos Santos¹
Entrevistadora: Profa. Dra. Valdenizia Bento Peixoto

Recebido em: 30/01/24

Aprovado em: 30/01/24

1. Como se deu sua aproximação com os estudos de gênero, sexualidades e direitos no Serviço Social?

Ocorreu ainda durante o período do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na segunda metade da década de 1980, que é o período quando eu ingressei na universidade. No decurso da graduação, participei do movimento estudantil de Serviço Social (MESS) em suas instâncias local, regional e nacional.

A conjuntura política do País, menos de uma década após a saída da ditadura civil-militar, acolhendo a derrota da luta por eleições diretas para presidente, apontava a democracia, a defesa do Estado de direito e a pluralidade da agenda de reivindicações dos movimentos sociais,

¹ Assistente social. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). E-mail: <silvana.mara.morais@ufrn.br>.

em processo de organização, como os temas mais visitados na área das ciências humanas e sociais naquele período.

Na particularidade da vida estudantil, vivenciei, de forma simultânea, a inserção na esquerda e na cultura crítica do Serviço Social e, em face dessa movimentação teórico-política, tive contato com uma espécie de bombardeios temáticos, dentre outros, sobre capitalismo, cotidiano, sexualidades, feminismos, seguridade social e relações de poder.

Além da tradição marxista, os pensamentos de Agnes Heller, Foucault, Simone de Beauvoir e Sartre despertavam discussões instigantes, especialmente nos debates entre discentes que militavam no movimento estudantil dos cursos de Serviço Social, Filosofia [ambos na UECE] e Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará [UFC].

Minha aproximação com os temas assinalados, portanto, ocorreu por duas vias principais. A primeira foi a realidade da nossa própria existência como jovens, mulheres e pessoas não heterossexuais. Assim, o tema das sexualidades e do feminismo eclodiu a partir de nossas experiências concretas, questionando a reprodução de preconceitos nas próprias forças estudantis de esquerda, em relação à orientação sexual, ao machismo e às várias possibilidades de vivência da sexualidade.

A segunda foi para além da sala de aula e de nossas experiências singulares. Sentimos a necessidade coletiva de buscar fundamentos para o entendimento das razões históricas das dificuldades da esquerda, em sua pluralidade organizativa, de incorporar como questões relevantes, dentre outras, o feminismo, a questão racial e a diversidade sexual. Não foi por curiosidade meramente intelectual, mas por identificarmos processos reais de violação de direitos e obstáculos concretos no desenvolvimento da individualidade em face da antidiversidade presente na vida social.

Academicamente, pude participar da criação de grupos interdisciplinares de estudos e da leitura de alguns textos clássicos e de autoras e autores contemporâneos. Tinha um sabor todo especial de descoberta do mundo, uma espécie de passaporte seguro para o entendimento da realidade capitalista, dos desafios à organização da classe trabalhadora e da nossa própria existência como seres submetidos aos processos de exploração, opressão e de violação da diversidade na periferia da periferia capitalista.

Muitas questões então classificadas no campo da subjetividade embalavam os debates naquele momento histórico, sobressaindo reflexões sobre cultura, a estrutura da vida cotidiana e as questões relacionadas

ao campo do feminismo, da sexualidade, da diversidade sexual e, em particular, sobre a ausência desses elementos nas discussões curriculares e na esquerda. E nós, do Serviço Social, abraçamos o desafio de pensar sobre esses temas, articulando-os ao processo de violação e de luta por direitos e com o cotidiano profissional.

A crítica às interpretações e práticas economicistas e politicistas foi um combustível para a busca por outro modo de entender a individualidade e os temas anteriormente citados. Posteriormente, ao me inserir na pós-graduação na Universidade Federal de Pernambuco [UFPE], a aproximação teórica se intensifica. Os estudos sobre a ontologia do ser social, a partir do pensamento de Lukács, foram um verdadeiro divisor no entendimento da diversidade humana.

Do ponto de vista político, foi fundamental minha participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco e no Divas – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. No curso de doutorado em Serviço Social, retornei ao tema da diversidade sexual, que tinha embalado tanto as discussões no MESS. Assim, decidi por estudar o pensamento da esquerda sobre a diversidade sexual.

É importante destacar que, no decurso do doutorado, tive que responder inúmeras vezes qual é a relação da diversidade sexual com o Serviço Social e qual é a relevância dessa pesquisa para a profissão. Não está na simples formulação da pergunta sobre a relevância o problema. Afinal, precisamos identificar a relevância social dos nossos objetos de estudo. O problema estava no fato de que interrogações assim sugerem e impõem, às vezes, de forma implícita, outras vezes, mais abertamente, uma resposta, como se os temas da diversidade sexual e da identidade de gênero fossem destituídos de razão histórica, o que os impediria de ser trabalhados no campo da pesquisa e da produção do conhecimento.

2. Em 2005, quando você apresenta sua tese, estudos assim ainda não possuíam uma grande expressão nas produções em Serviço Social. Quando e como você percebe a transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e direitos para o Serviço Social?

Posso afirmar que, em 2005, quando defendi minha tese de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, os estudos especialmente

sobre a questão da diversidade sexual não estavam presentes no Serviço Social nem como discussão curricular, nem nos cursos de graduação, nem nos cursos de pós-graduação. Salvo engano, nos anos de 2005 e 2006, tivemos as três primeiras teses de doutorado sobre as questões da diversidade sexual e da identidade de gênero em nossa área de Serviço Social.

Essa transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e sua relação com a questão dos direitos e com o Serviço Social foi um processo histórico, permeado de determinações objetivas e subjetivas. Identifico nesse processo a contribuição do movimento estudantil, notadamente das pessoas LGBT e das feministas. Lembro que, no movimento estudantil, fizemos oficinas nos encontros estudantis com o seguinte tema: “orientação sexual, uma questão de direitos?”.

Naquela conjuntura do MESS, o debate sobre esses temas ganhava mais visibilidade no Rio de Janeiro, em Fortaleza e em Salvador. No livro: “Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social”, publicado pela Cortez Editora, eu e Mirla Cisne elaboramos uma síntese desse processo, chamando a atenção para um conjunto de elementos determinantes e sujeitos coletivos que contribuíram para a inserção dessas temáticas no Serviço Social.

De forma breve, destaco aqui como uma dimensão importante o próprio cotidiano, que evidencia o terreno necessário ao debate teórico e ao engajamento político, com base na existência do preconceito contra mulheres e LGBTI na realidade brasileira e na Região Nordeste, em particular, assim como na invisibilização social imposta aos indivíduos não heterossexuais e na questão da violência, dentre outras questões.

Percebo, portanto, que a transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e direitos para o Serviço Social ocorreu principalmente por meio das iniciativas de caráter mais coletivo, como a organização de debates em nossos eventos, a aproximação de pessoas no Serviço Social que começavam a estudar esses temas em diferentes universidades e a articulação com os movimentos sociais e com áreas afins, especialmente com a Psicologia e outras profissões na área da Saúde.

No entanto, o marco mais coletivo que sintetiza a mudança de significado e de visibilidade da temática da diversidade no universo do Serviço Social ocorreu, indiscutivelmente, por meio do CFESS, a partir da organização

e do lançamento, em 2006, da campanha: “O Amor Fala Todas as Línguas”: Assistentes Sociais na Luta contra o Preconceito”. Isso não significa o reconhecimento de outras experiências, eventos e contribuições relevantes.

3. No seu último livro, em coautoria com Mirla Cisne, vocês apresentam os fundamentos teórico-políticos da diversidade, tendo como base importantes teorias feministas anticapitalistas e antirracistas. Como tais teorias podem contribuir para uma boa prática profissional, ainda que as relações sociais que envolvem o cotidiano de trabalho sejam permeadas por uma cultura política ultraneoliberal e neoliberal?

Penso que eu e Mirla tivemos com esse livro, que foi incluído na Biblioteca Básica de Serviço Social, um projeto da Cortez Editora, a oportunidade de afirmar a relevância social da temática do feminismo e da diversidade sexual na relação com os fundamentos teórico-políticos do projeto ético-político do Serviço Social.

É preciso lembrar que tivemos, praticamente no mesmo tempo histórico de desenvolvimento do início da crise estrutural do capital, vários ataques e negação do marxismo e do pensamento de Marx para a análise dos desafios contemporâneos. E, em particular, no universo dessas temáticas, sobressaiu a crítica de que o marxismo não tinha validade teórico-metodológica nem política para analisá-las.

As temáticas da diversidade sexual e de gênero, especialmente, adentraram o mundo acadêmico e, de certo modo, o ambiente dos movimentos sociais e da organização política, fazendo incursões no campo da pós-modernidade. O suposto ideário de que o marxismo não tratava da subjetividade foi algo ideologicamente muito forte e de ampla adesão. Obviamente que eu e Mirla não tivemos o propósito de aprofundar essa reflexão, mas contribuimos ao mostrar a densidade dos fundamentos marxianos e o potencial marxista para pensar o feminismo e a diversidade humana. Contudo, o livro é um convite introdutório.

O pensamento feminista materialista, em sua articulação com o marxismo e com o pensamento antirracista, tem imensa contribuição para o enfrentamento da cultura política ultraneoliberal e neoliberal, pois – a partir de uma perspectiva de totalidade – eles desvendam

aspectos fundamentais dos bárbaros caminhos da exploração da força de trabalho, considerando, de forma dialética, a funcionalidade do cis-hétero-patriarcado e do racismo para o sistema do capital.

Ademais, as teorias feministas materialistas, anticapitalistas e antirracistas favorecem o entendimento de diversas questões e polêmicas nas quais precisamos nos aprofundar, tais como: o entendimento da heterossexualidade como um sistema e não apenas como uma mera escolha subjetiva dos indivíduos; a atualidade das relações patriarcais e como incidem na construção de referenciais binários; a naturalização da violência na vivência das sexualidades; como o sentido e o uso do tempo se alteram nas vidas das mulheres e da população trans a partir das determinações e imposições dos modos de ser e de pensar hegemônicos no mundo capitalista e dos limites da emancipação política no capitalismo contemporâneo, especialmente para absorver demandas concretas de enfrentamento do racismo, do capacitismo e da violência antidiversidade.

Além disso, especialmente para nós, assistentes sociais, que temos um projeto ético-político, existe uma grande contribuição oriunda das teorias feministas materialistas, anticapitalistas e antirracistas, que é a reafirmação da possibilidade histórica da transformação societária sem diminuir, invisibilizar ou desconsiderar as dimensões da individualidade e do humanismo materialista. Observo também que, mais diretamente em relação ao cotidiano de trabalho do Serviço Social, tais teorias feministas e o marxismo são fundamentais para o entendimento das contradições postas na realidade e para o reconhecimento da relevância das lutas em defesa dos direitos do trabalho e da diversidade humana. Ou seja, são fundamentais para romper com leituras que simplificam a realidade, em face das abordagens economicistas, politicistas, eticistas e fragmentárias.

4. O Serviço Social brasileiro teve um avanço considerável em relação às suas produções teóricas e às publicações de trabalhos acadêmicos e de documentos que subsidiam o exercício profissional e a formação pelas entidades da categoria [conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO]. A que se deve esse avanço? Você identifica algum limite que deva ser superado?

Trata-se de um avanço real, resultante de um amplo processo histórico e coletivo de renovação profissional e de construção de uma

cultura crítica no Serviço Social brasileiro, vivenciado por parte da categoria profissional desde o final da década de 1970. Podemos afirmar que diferentes gerações se dedicaram, com compromisso ético e político, à difícil tarefa de entender a vida social, a profissão e todos os fenômenos existentes em uma perspectiva de totalidade.

A força teórica e política desse avanço é que ele só pode ser entendido histórica e coletivamente. Aqui, merece destaque a organização política da categoria, especialmente por meio do conjunto CFESS/ CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, no âmbito estudantil. Certamente, existem limites que precisam ser superados. Um que é de caráter mais cotidiano é que há uma certa tendência à desvalorização de temáticas que não são as nossas escolhas prioritárias de estudo. O fato de estarmos mais direcionadas ao nosso cotidiano profissional e de pesquisa para um determinado tema não pode significar desprezo ou desatenção a outras temáticas.

E, mais do que limite, uma outra questão é uma preocupação com a forma com a qual lidamos com nossas dificuldades no Serviço Social. É uma profissão que se origina em um ambiente de defesa do conservadorismo, com explícita defesa de valores favoráveis à reprodução do *ethos* burguês. Fomos capazes de mudar o rumo dessa história, de elaborar um projeto com direção social crítica, de entender a necessidade de atualização permanente de nossa agenda profissional como resultado da realidade e da luta da classe trabalhadora em sua diversidade.

Isso é grandioso no cenário de uma profissão, mas não cancela determinações objetivas próprias das relações sociais do mundo capitalista em crise estrutural, de decadência ideológica e fúria para assegurar a dinâmica de produção e reprodução social. Os limites emergem como armadilhas quando combatemos a lógica identitarista de pensar a diversidade com lógica fundada em uma universalidade abstrata. Ou quando, na pretensão de mostrarmos a impossibilidade objetiva de enfrentamento da questão social pela via dos direitos, por exemplo, nós nos enveredamos para o campo estéril do sectarismo, da análise “a-histórica”, que sobrevoa, cheia de arrogância, a aridez do cotidiano e da luta de classes, instituindo o teorismo como pseudo saída teórico-metodológica.

5. Nos últimos anos, vimos o crescimento da violência em razão da diversidade das identidades e orientações sexuais, da pluralidade

dos gêneros e das liberdades individuais e coletivas dos sujeitos que simplesmente “ousaram ser”. Foram violências engajadas pelos discursos de ódio e pela necropolítica oficializada nos dois últimos governos [de Michel Temer e Jair Bolsonaro]. Como você encara essa conjuntura? Quais são as possibilidades de enfrentamento e resistência?

Entendo o avanço da direita reacionária como um fenômeno mundial, determinado pela busca desenfreada das classes dominantes em assegurar hegemonia e revitalização dos processos de exploração e dominação ideológica da força de trabalho.

Nas particularidades da realidade brasileira, após a experiência do golpe de 2016, a vitória eleitoral de Bolsonaro e a criação do bolsonarismo como síntese destrutiva da política, conseguimos eleger Lula como presidente pela terceira vez, em uma necessária e difícil articulação das forças políticas nucleadas, notadamente, pela defesa da democracia.

Contudo, combater o conservadorismo reacionário, em suas formas variadas de atualização e expressão, é bem mais complexo do que uma vitória eleitoral e demanda iniciativas cotidianas para a organização da classe trabalhadora, sem repetir erros táticos e estratégicos e vazios temáticos. Não podemos mais pensar na classe trabalhadora de forma abstrata, destituída de sua realidade racial, de identidade de gênero ou sexo e do conjunto de expressões que a fazem diversa. A diversidade humana não pode ser entendida de forma fragmentária, como mero estilo de vida e de comportamento.

As dificuldades são reais, posto que a decadência é material e subjetiva e incide, portanto, na dificuldade para a reprodução criativa do pensamento crítico no campo das esquerdas. Tenho grandiosa esperança naquilo que somos capazes de elaborar coletivamente como classe. Para tanto, as lições históricas precisam ser refletidas sem ceder às armadilhas liberais, pós-modernas, conciliatórias. A organização da classe trabalhadora e o processo de formação da consciência de classe continuam, mais do que antes, como grandiosas tarefas do tempo presente.